

4

De 1930 à revolução de 1932

O compromisso de correntes antagônicas fatalmente tendia a desagregar-se depois da vitória. A unidade era superficial, a realidade violentamente contraditória. Interesses da classe média e das oligarquias, presente e passado, entravam em choque em condições novas, abertas pela conjuntura de um país em grave crise econômica e política. A situação apresentava-se mais complexa pelo alento que tomava o proletariado. É verdade que se procuraram controlar as manifestações políticas e sindicais desta classe, mas sua eclosão obrigou classe média e oligarquias vitoriosas a novas táticas. Um novo período se abria, novos conflitos se esboçavam: a revolução fizera vir à tona os problemas e contradições do Brasil contemporâneo. As vicissitudes políticas e sociais surgirão através de um prisma novo e mais complexo.

Panorama econômico O manifesto da lavoura paulista em 17 de janeiro de 1930 foi o grito contra uma situação econômica angustiada e sem perspectivas. Nele acusava-se o governo de culpa pela crise cafeeira e pedia-se a partici-

pação dos cafeicultores na direção do Instituto do Café do Estado de São Paulo, em oposição a Washington Luís, o qual respondera aos representantes da lavoura que nada faria e cada um se salvasse como pudesse. A persistência da crise leva os lavradores a se irritar com o governo. Os empréstimos contraídos no exterior para manter estoques no país significavam o aumento destes e um acréscimo de nossas dívidas, como se fizera no passado e no presente. A geada de 1918 ajudara a equilibrar a produção, mas a prosperidade dos anos de 19 e 20 propiciara a euforia do aumento dos cafezais e naturalmente dos estoques. O consumo mundial mantinha-se equilibrado, numa dinâmica entre população e consumo *per capita*, ao passo que a produção, com apoio oficial, obedecia aos lucros de maior número de pés de café. A este esquema, que resulta em fator de pressão inflacionária, juntam-se as grandes inversões de capitais privados estrangeiros, principalmente em 1927/28. Com a crise, grande parte destes capitais foram recambiados a seus países, baixando nossas reservas-ouro de 31 100 000 libras em setembro de 1929 para uma insignificância em dezembro de 1930.

Nas cidades a crise diminuía a produção industrial, contando-se quase 2 milhões entre desempregados e semidesempregados, enquanto a questão operária se intensificava em reivindicações políticas novas. O período flutuante dessa *débâcle* durará 4 anos, até que, por circunstâncias internas e externas, a indústria retomará o índice de prosperidade de 1929, com produção absorvida em grande parte pelo mercado interno.

Primórdios da luta tenentismo versus oligarquia

Resolvido o impasse da Junta Militar que derrubara Washington Luís e pensara em manter-se no poder, Getúlio chega ao Rio em 30 de outubro; em 4 de novembro é empossado no governo "provisoriamente", apesar da discordância de Juarez Távora e Osvaldo Aranha. Mas desde os primeiros atos políticos surgem divergências entre as alas oligárquicas e os tenentes, começando pela escolha dos ministros, que foi um compromisso entre estas facções, um *modus vivendi* típico de Getúlio, sempre cedendo à pressão mais forte. A questão das interventorias mostrou a força dos tenentes, que, apesar de resistências oligárquicas, substituíram quase pacificamente os governadores. Do Espírito Santo para cima,

Juarez Távora, “controlador da política do Norte”, nomeou os interventores; nos outros Estados, com exceção de Minas o “Grupo do Comando” elege os seus. Até 1932 esta situação permanece praticamente estável, apesar dos casos especiais: os incidentes da Bahia e do Rio de Janeiro, em que as oligarquias conseguem nomear em começo de 1931 Artur Neiva e o general Mena Barreto, foram vitórias momentâneas, logo seguidas de nomeações tenentistas.

Duas medidas merecem a aprovação de todos: apuração da corrupção do governo anterior e controle sobre o movimento operário. A primeira, sempre apregoada como básica pelas oposições, começou com um Tribunal Especial em 15 de dezembro de 1930. Depois de 4 meses infrutíferos, em que se procurou, pelas denúncias, envolver todos os políticos e atos do velho regime, ele foi transformado em Junta de Sanções, com direito de julgar sem defesa. Em agosto de 1931 cessa a interdição dos bens dos acusados; em setembro a Junta desaparece e surge a Comissão de Correição Administrativa que, afinal, esquecida e inútil, se extingue sem nada provar.

A questão operária era mais grave. Após a revolução, irrompem reivindicações e greves. Devido à crise, empregados são dispensados e substituídos por menores; o salário baixa 20%, as horas de serviço aumentam; os operários exigem liberdade sindical e aplicação de medidas legislativas protecionistas existentes; comícios e greves são dissolvidos brutalmente pela polícia em São Paulo e no Rio. Diante deste revigoramento do operariado, cria-se o Ministério do Trabalho em 25 de dezembro de 1930. Seu titular, Lindolfo Collor, ligado às oligarquias gaúchas, amolda as leis anteriores e cria regulamentos para controlar o operariado, orientar e dirigir sindicatos, medidas que esbarram na oposição operária. O primeiro contato oficial, na Associação das Classes Laboriosas em São Paulo, entre ministro e trabalhadores patenteia a hostilidade destes e o repúdio ao dirigismo. Ao mesmo tempo, Collor tenta em São Paulo acalmar os temores da indústria e do comércio, também receosos de suas medidas, e o resultado é a dispensa dos operários mais conscientes. Mas o tenentismo motivará a queda do ministro, quando a lei de sindicalização, que nega direitos políticos às associações, encontra a oposição do Clube 3 de Outubro. Isto quando a luta da oligarquia contra o tenentismo já era aberta e ambas as facções procuravam aliados.

A hegemonia tenentista em São Paulo

A luta tenentismo-oligarquia se tornou aguda em Minas, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, onde a solução foi mais drástica, levando à guerra civil.

Operariado, classe média e oligarquia dissidente paulista festejaram em 24 de outubro, nas ruas, a queda de Washington Luís; o empastelamento de jornais e sede perrepistas fez com que a Junta Militar destacasse para o governo o comandante da Região Militar gen. Hastinfilo de Moura, cujo secretariado foi quase todo do Partido Democrático. Dias depois ele recebe ordem da Junta para passar o cargo a Francisco Morato e no dia 28 transfere o Comando Militar a Isidoro Dias Lopes. Indeciso e à espera de Getúlio, Morato não se empossa. A caminho de São Paulo, Miguel Costa pensa em ocupar o governo, mas Getúlio credencia João Alberto para o cargo. A chegada de Getúlio no dia 28, com João Alberto e Miguel Costa, fez surgirem à tona as ambições e discordâncias tenentistas. Quando Morato entra em contato com o futuro chefe da Nação, já se resolvera que João Alberto permaneceria como "delegado militar", com o mesmo secretariado. Falava-se em Morato assumir 15 dias depois, mas a situação se arrasta até que a pressão tenentista impõe em 24 de novembro João Alberto como interventor. Apesar de vozes discordantes, como a João Neves de Fontoura, e de pedidos posteriores de Assis Brasil e de Batista Luzardo, Osvaldo Aranha e Juarez Távora conduzem seu companheiro ao cargo.

Desde o início, a questão operária e comunista opõe o interventor a seu secretariado. As intensas greves e reivindicações salariais reclamam do governo medidas mais práticas. Algumas obtêm êxito, como o aumento de 5% dos ordenados e horário mínimo de 40 horas; outras são anunciadas, como salário mínimo, salário da mulher e da criança igual ao do homem etc. Apesar do aspecto paternalista destas medidas e da repressão rigorosa às reivindicações e greves, os democratas se revoltavam com estes movimentos. Habituaados ao controle policial anterior, a expansão do movimento operário os amedrontava; e a notícia do livre funcionamento do Partido Comunista será mais um motivo para a primeira ruptura com o interventor. O decreto de João Alberto permitindo que Plínio Melo, Josias Carneiro Leão e Luís de Barros (irmão do interventor) instalem sede, façam comícios e publicações, estourou como uma bomba. Apesar de não ter tido aplicação, de o Partido continuar ilegal no Brasil e de não pertencerem a ele estas pessoas, o resultado foi um aumento de hostilidade. O revide dos democráticos consistiu em pressionar para a demissão do secretariado, o que abriria brecha num governo incerto. Recusada esta, procuram envolver João Alberto para que não continuasse a cometer "erros". Em 25 de novembro de 1930, secretariado e interventor estipu-

lam que para qualquer auto administrativo devem ser ouvidos o secretário da pasta ou todo o governo civil; as questões sociais devem ser resolvidas pelo governo federal, com exceção das medidas já tomadas; os militares devem ser afastados de postos executivos; as comissões de sindicância desaparecerão; a polícia caberá a civis; e o governo reprimirá com severidade toda agitação comunista. A resposta tenentista é rápida: o próprio João Alberto, que constata as consequências de sua fraqueza, Miguel Costa, Mendonça Lima e outros depõem Vicente Rao, chefe da Polícia, idealizador e organizador da substituição da máquina perrepista pela democrática em todo o Estado, depois de 24 de outubro. Em 5 de dezembro forma-se novo secretariado, desta vez com certo apoio do Partido Republicano Paulista.

Esta reação é facilitada porque o tenentismo organiza-se em agremiação para revidar à oligarquia dissidente: no começo de novembro anuncia-se a criação da Legião Revolucionária de São Paulo, para combater políticos profissionais e fortalecer a ação revolucionária. O desdobramento da Ordem Política e Social em 28 deste mês e a nomeação de Miguel Costa para a nova Segurança Pública, são o resultado da ofensiva tenentista. Esta prossegue com a censura à imprensa, modificações em cargos administrativos, até que em 7 de abril de 1931 a polícia invade a sede democrática e prende Vicente Rao, em resposta a um manifesto contrário ao governo. O Partido rompe então com João Alberto e demitem-se das prefeituras os seus últimos próceres, lançando-se manifesto que denuncia o desatino administrativo e político.

Enquanto o governo encontrava dificuldades na área civil, a militar esboçava a deposição dos tenentes. A Força Pública Estadual, que representava o conservantismo, encarava com antipatia as medidas tomadas. Já em fins de 1930 alguns oficiais pensavam em se revoltar; persistindo a crise política, a rearticulação prossegue em março com sondagens junto a Isidoro Dias Lopes, comandante da 2.^a R.M., que lhes é simpático, e em abril organizam-se os planos. Mas o coronel Joviano Brandão, chefe da conspiração, fraqueja e compromete o movimento, afirmando aos companheiros que o governo prometera atender a uma série de pedidos. Na verdade, João Alberto, a par da revolta, nomeia Miguel Costa para o comando da Força Pública, acumulando com a chefia da Segurança Pública, o que obriga os oficiais a anteciparem a revolta para o dia 28. Os elementos de confiança do novo comandante são presos, o Q.G. é tomado, articulações com outros quartéis são feitas. A vinda do coronel Joviano Brandão desarticula o movimento, forçando os companheiros a des-

mobilizar núcleos revoltosos e a soltar os presos. Nesta mesma tarde Miguel Costa toma posse do comando. Em maio, Isidoro exonera-se da R.M., substituído pelo gen. Góis Monteiro. Esta derrota leva a nova conspiração, em que militares e democráticos continuam unidos. Mas o prosseguimento da crise, tornada mais complexa pela pressão das oligarquias de São Paulo, Rio Grande e Minas sobre o governo federal, pedindo a volta à Constituição, bem como o aumento das divergências entre os próprios tenentistas com o trabalho de sapa feito por Miguel Costa no Rio, obrigam João Alberto a demitir-se em 13 de julho. Os protestos dos interventores e do Clube 3 de Outubro não foram suficientes para que ele voltasse. Os tenentes sofriam a primeira grande derrota, mas sua reação continuaria.

Luta tenentismo versus oligarquia em Minas

Minas foi o único Estado cujo governo, com o apoio da velha oligarquia, pôde permanecer. Depois de 24 de outubro os tenentistas, principalmente Osvaldo Aranha, tentaram substituir Olegário Maciel por Virgílio de Melo Franco. Mas aquele conseguiu manter-se, porque havia participado da revolução, era prestigiado pelo ministro da Guerra e modificara seu secretariado. Isto desgosta os tenentes e uma parte da oligarquia, que se unem na luta pelo poder. A primeira crise estala quando alguns secretários, favoráveis às reformas, propuseram a Olegário Maciel que todos depusessem os cargos nas mãos do governo federal. Apoiado por Artur Bernardes, Maciel exonerou-os. Minas continuava imutável, sem os famosos inquéritos, e a situação permanecerá inalterada até a tentativa de golpe em agosto de 1931, preparado por parte da oligarquia e pelos tenentes. Pretextando a reorganização do Partido Republicano Mineiro, Bernardes marca uma convenção para 15 de agosto em Belo Horizonte, tencionando agora depor Maciel e substituí-lo por Virgílio de Melo Franco, com o beneplácito de Osvaldo Aranha. O governo federal promete apoio, que seria efetivado pelo 12º R.I. de Belo Horizonte, em caso de violência contra a convenção. Mas o plano falhou. As ameaças e os convites quase abertos para formação do "novo" secretariado levaram Gustavo Capanema, secretário do Interior, a tomar medidas. Apesar de um começo de movimento das tropas federais, a Força Pública guarnecia o palácio com ordens para resistir; Capanema alerta Francisco Campos e este consegue de-

mover de seu intento o ministro da Guerra, que determina ao comandante do 12º R.I. manutenção da ordem e apoio ao governo. No dia seguinte, Bernardes e dezenas de tenentistas são presos; diante da impossibilidade de conseguir o poder, entram em acordo com Maciel e Capanema, combinando-se mais tarde a fusão dos tenentistas da Legião Liberal com o Partido Republicano Mineiro. Nasce assim o efêmero Partido Social Nacionalista e Minas mantém o *status quo* até a morte de Maciel em 1933.

A contra-ofensiva oligárquica As oligarquias vitoriosas em 1930, compreendendo que a disputa no plano estadual não era suficiente e que Getúlio amoldava-se cautelosamente às suas reivindicações, sofrendo sobretudo pressão da pequena-burguesia, abre luta em plano nacional. É rápida a adesão de São Paulo e Minas à idéia de constitucionalização, partida do Rio Grande. Getúlio se empossara como governo provisório, prometendo nova Constituição; o tempo passava e a realidade era um governo sem Legislativo, refletindo parcialmente a influência renovadora do tenentismo. Nas eleições para uma Constituição as oligarquias venceriam, pois suas bases e sua máquina eleitoral continuavam intactas depois da revolução.

A ofensiva inicia-se em maio de 1931 com rapidez surpreendente. Depois de uma carta de Borges de Medeiros a Getúlio, o acordo é geral. O Partido Libertador e o Partido Republicano Rio-grandense, através de seus órgãos e congressos, o Clube de Engenharia, a Sociedade de Medicina e a Ordem dos Advogados do Rio unem-se na mesma luta. Funda-se no Rio a "Liga pela Constituição e pela Ordem" e em São Paulo a "Liga de Defesa Paulista". Mesmo com a oposição tenentista, Getúlio em junho declara que a Constituinte só seria convocada depois da reforma eleitoral. Esta fora confiada, além de outros, a Assis Brasil, da oligarquia gaúcha, e era necessário esperar sua conclusão. A solução é protelada, até que em novembro os gaúchos, em Frente Única, aliam a fórmula da constitucionalização às questões militares e à do governo "civil e paulista" para São Paulo. A abertura da frente favorece a luta. Neste mesmo mês, Borges, Raul Pila e Flores da Cunha falam em constituição; Borges dá entrevista a *O Estado de S. Paulo*, concitando os três Estados à união; Flores, em congresso de prefeitos, pede constitucionalização; assim também

João Neves da Fontoura num banquete, depois de recebido triunfalmente no Rio por sua ação pró-constituição. A saída de Osvaldo Aranha do Ministério da Justiça, para substituir José Maria Whitaker no da Fazenda, permite que ocupe a pasta Maurício Cardoso, escolhido pelos gaúchos; sua posse em 14 de dezembro de 1931 é a oficialização da contra-ofensiva oligárquica, e seus primeiros atos foram rever o anteprojeto do alistamento eleitoral e acabar com a censura.

Apesar de a agitação oligárquica tomar amplitude e se aprofundar, a desunião dos Estados impede ação mais eficaz. Intensificam-se os conflitos no segundo semestre de 1931, facilitando a união das oligarquias vencidas; e das frentes únicas estaduais passa-se à Frente Única nacional. São Paulo, Minas e Rio Grande — unidades mais ricas, que dificilmente aceitariam limitações federais — já tinham levantado a idéia de autonomia dos Estados, de suas prerrogativas e hegemonia na direção nacional. Em novembro de 1931 faz-se a aliança do Partido Libertador e do Partido Republicano Rio-grandense, isto é, de Borges, Pila e Flores. Desde maio trabalhava-se para obter o apoio deste, que vacilava entre as reformas e a pressão dos dois partidos. Em 28 de março de 1932, vésperas do rompimento com o governo federal, Assis Brasil apresenta o decálogo em que se exige: restabelecimento das liberdades individuais; novos interventores, cabendo às associações de classe e técnicas propor cinco nomes para a escolha de Getúlio; eleição de deputados à Constituinte até 31-12-32; elaboração do anteprojeto da Constituição; nova lei regulando a liberdade de imprensa etc. Em Minas, a Frente Única já se concretizara no Partido Social Nacionalista, com duas alas: a de Bernardes, que mantém contatos com São Paulo e Rio Grande, favorável ao rompimento com o governo federal, e a de Maciel, que contemporiza e aplaia as divergências estaduais e federais.

Em São Paulo o processo é mais complexo. Sendo o único Estado governado por interventor imposto, sofrendo radical pressão tenantista, a luta de sua oligarquia firma-se internamente para depois contra-atacar no setor federal. Afastado João Alberto, os paulistas lutam pela escolha de um dos seus, segundo a fórmula "paulista e civil". Preterido Miguel Costa, Getúlio escolhe Plínio Barreto. Apesar de João Alberto e Osvaldo Aranha o apoiarem, o secretário da Segurança distribui membros da Legião Revolucionária para impedir a posse do interventor. Para evitar distúrbios, Plínio Barreto desiste em favor de Laudo de Camargo, que aceita o cargo somente com apoio dos partidos e promessa federal de liberdade administrativa e

de escolha dos seus auxiliares. A primeira resposta tenentista é impor o major Cordeiro de Farias para a chefia da Polícia. Em seguida, Miguel Costa procura ampliar suas bases, fomentando crise na Força Pública e demitindo-se; diante do boato de que um oficial do Exército iria ocupar o comando, os seus partidários reclamam sua volta, contra o desejo de Laudo de Camargo. Com apoio federal, ele de fato retorna à chefia e afasta os elementos contrários. Finalmente, junto com João Alberto, Góis Monteiro e Manuel Rabelo, acusa Numa de Oliveira, secretário da Fazenda, de ser representante de bancos estrangeiros, exigindo seu afastamento, o que força Laudo de Camargo a renunciar em 13 de novembro de 1931, tendo antes indultado os oficiais da fracassada intentona de abril.

O governo de Laudo, hiato no domínio tenentista, interrompe a conspiração democrática, que recomeça no próprio dia 13 com a subida de Manuel Rabelo, comandante da R.M. Apesar de ter apoiado com reservas o governo deposto, que nela não procura amparar-se, o afastamento de Laudo ressaltou aos olhos da oligarquia o perigo da nova situação. No dia 18, a Liga de Defesa Paulista lança seu protesto e a campanha da constitucionalização redobra de intensidade. Em 13 de janeiro de 1932, o Partido Democrático, vendo que Manuel Rabelo continuava, rompe com o governo federal, lançando manifesto em que expõe suas discordâncias no plano estadual e federal. No dia 25, a Liga de Defesa Paulista e outros partidos realizam concentração na Praça da Sé e afinal, em 15 de fevereiro, forma-se a Frente Única Paulista, por iniciativa do Partido Democrático, Liga de Defesa Paulista e ala moça do Partido Republicano Paulista, auxiliados em grande parte por Isidoro Dias Lopes.

Formada a Frente Única Paulista, o Rio Grande reforça sua exigência de um representante "paulista e civil". Garantia de êxito são as gestões de Maurício Cardoso, cujo novo Código Eleitoral Getúlio assina em 24 de fevereiro, dia em que a Liga Pró-Constituição, formada de estudantes e herdeira da Liga de Defesa Paulista, comemora com grande comício a Constituição de 1891. Programa-se também o desfile de reservistas, que é proibido. O conflito não se aguça porque, procurando em São Paulo alguém para substituir Manuel Rabelo, Maurício Cardoso nomeia em 2 de março Pedro de Toledo — um de seus últimos atos, logo após o empastelamento do *Diário Carioca* (jornal antitenentista do Distrito Federal, e dirigido por José Eduardo de Macedo Soares), pelos tenentistas em 25 de fevereiro. Abria-se o período mais agudo da crise entre oligarquia e tenentismo.

Ideologia do tenentismo A idéia de que a revolução tinha direitos, não precisando regular-se por normas legais do passado, surge vagamente nas primeiras manifestações dos tenentes, tornando-se depois uma constante. Por isso opõem-se a Getúlio Vargas "empossar-se legalmente", e ocupam as interventórias de fato. Mas a falta de unidade ideológica e política torna sua ação anárquica e muitas vezes contraditória. Grave foi a atitude de Juarez Távora, não querendo ocupar nenhum ministério ou interventoria, mas tentando controlar a política do Norte. No Sul, a luta contra as oligarquias vencidas e vencedoras, tradicionais e organizadas, é árdua e difícil; no Norte, onde a força das oligarquias era local e sem bases econômicas firmes, houve maior pressão da pequena burguesia, que, valendo-se da omissão de Getúlio, elabora nos dois anos de sua hegemonia um vago esboço de programa para sua orientação política. Nessa experiência ela se desgasta, evidenciando falta de conhecimento e teoria necessários para a luta. Além disso, Getúlio significava a ascendência da velha oligarquia, procurando com sua grande experiência política eliminar todos que pudessem fazer-lhe sombra. A procura de apoio em Getúlio e a falta de consciência da necessidade de uma transformação por suas próprias forças, com a tomada total do poder — como teria sido possível logo após a vitória —, explicam em parte a fraqueza e inconsistência desta classe. As exigências da luta acentuaram sua deficiência organizatória. Ao esboçarem-se as primeiras reações estaduais, apesar de vitoriosos os tenentistas pareciam querer continuar sua tradição conspirativa, reunindo-se secretamente para debater a situação. O primeiro Congresso Revolucionário (fins de 1932), reunindo no Rio elementos do Norte e Sul do país, foi boicotado por Juarez Távora, que preferia o apoio ao governo federal a uma tomada de consciência partidária. A Legião Revolucionária de São Paulo (1930) assemelha-se a um grupo de combate; a Legião de Outubro (1931) de Francisco Campos é um aborto fascistoide; o Clube 5 de Julho (1932) de Filipe Moreira Lima e o Partido Agrário (fins de 1931) de João Alberto e Góis Monteiro nascem mortos. O Comitê Revolucionário do Nordeste (1931) para vigilância do governo é impotente e desorganizado. Só o Clube 3 de Outubro, fundado em fevereiro de 1931, e a cuja diretoria pertenceram Góis Monteiro, Pedro Ernesto e outros, tem âmbito nacional, mas ficou privativo de uma minoria, sem contato com a massa e agindo somente sobre o governo federal. Graças a isto, conseguiu impor vários elementos seus nos Estados: Juraci Magalhães na

Bahia, Bertino Dutra no Rio Grande do Norte, Pedro Ernesto no Distrito Federal etc.

À medida que a pequena burguesia enfrenta maior resistência oligárquica e apatia operária em relação a seu movimento, sente a necessidade do reforço de medidas discricionárias, para impor seu programa de moralidade administrativa, trabalho e exclusão dos políticos profissionais das interventorias e gabinetes, na vã procura de governar com técnicos e apolíticos. Para combater a máquina eleitoral da oligarquia, preconiza a concessão de direitos políticos às associações de classe, e quando estes são negados por Collor na sua Lei de Sindicalização em março de 1931, força a queda do ministro. A censura é arma com que se ameaça fechar jornais que estivessem usando “excessiva liberdade de imprensa”, como dizia o presidente do Clube 3 de Outubro; o fim da censura, obra de Maurício Cardoso, acarreta o conflito do *Diário Carioca*. Na questão da Constituinte delinea-se melhor a concepção da pequena burguesia sobre a revolução e seus fins. Em vésperas da posse do novo ministro da Justiça, o Clube 3 de Outubro lança Manifesto à Nação (dezembro de 1931), denunciando a imediata constitucionalização como perigo de retorno dos antigos elementos. A constante repete-se: Juarez Távora esclarece que “se devia adiar a nova Constituição” e que a “ditadura se impõe para realizar um conjunto de reformas e logicamente deverá subsistir até cumprir sua tarefa”; em janeiro de 1932 Getúlio recebe a solidariedade dos ministros da Guerra e da Marinha; e os interventores do Nordeste em março preconizam “igualdade de representação”, isto é, igual número de representantes para todos os Estados. Continua o combate à prematura Constituinte, porém, formulam-se itens a serem nela defendidos, enquanto a formação de uma consciência política no Exército completa o ideal tenentista de dar nova estrutura ao país. O tenentismo, que era o Exército como consciência política, preconiza-a para todos os escalões. Assim, um membro do Clube 3 de Outubro diz (3 de junho de 1932) que a “função do Exército não é ser capitão-do-mato... O Exército é a nação em armas, sempre pronto e vigilante na defesa de suas instituições” e não para permanecer na caserna. Mais tarde, Góis Monteiro define-o como “instituição eminentemente política”. Por isto é que muitas vezes o Exército participa caoticamente de certos atos políticos e desempenha um papel fundamental, não só do ponto de vista militar, mas também político, no sufocamento da contra-revolução de 1932.

A tentativa que a oligarquia fez a partir de fins de 1931 para romper as linhas discricionárias leva a luta ao paroxismo. O fim da

censura (que volta na Bahia, apesar do decreto de Maurício Cardoso), o Código Eleitoral e a pressão pró-Constituinte eram um rude golpe no tenentismo. Insuficientes os esforços para manter a situação, grupos esparsos valeram-se de represálias físicas, atacando órgãos da oligarquia. É verdade que houve indisciplina no Exército após a revolução, mas o ataque ao *Diário Carioca* foi a resposta imediata à decretação do Código Eleitoral, em 24 de fevereiro de 1932. Na madrugada de 25 o jornal é invadido por membros do Clube 3 de Outubro e do Exército, que metralham e depredam as oficinas, em represália contra a virulência de sua linguagem. Prova-se a conivência dos atacantes com elementos do governo, passando o caso da 3ª Delegacia Auxiliar para o próprio Getúlio. Este protela a solução, mas Maurício Cardoso exige o prosseguimento do inquérito. O ministro da Guerra e o próprio governo, apoiados por líderes tenentistas, voltam a sugerir o retorno à censura, como medida de profilaxia para casos semelhantes. O impasse força João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Batista Luzardo e Lindolfo Collor a renunciarem coletivamente dia 3 de março, em acerto com Flores da Cunha, interventor do R.G. do Sul. Enquanto isto, uma comissão do Clube 3 de Outubro procura Getúlio em Petrópolis e pede a manutenção do governo provisório e o repúdio à Constituinte. Começa o período da conspiração armada contra o governo, último recurso na luta contra o tenentismo.

O sentimento nacionalista do tenentismo

A fase tenentista de 1930 a 1934 foi marcada por medidas de caráter nacionalista, algu-

mas como reflexo da gravidade da expansão imperialista. É verdade que o governo de Bernardes já assumira certas atitudes contra esta, mas é agora que se toma consciência mais profunda do perigo que se avolumava e tendia a contrariar os interesses da nascente burguesia nacionalista. O inquérito aberto pelo ministro da Viação, José Américo, prova o monopólio, má-fé e lucros exorbitantes da Light and Power. Na época em que os bancos estrangeiros transacionam com o produto de nossas vendas no Exterior, pede-se a sua nacionalização. Contra a posse estrangeira de nossas riquezas minerais, cria-se o Código das Minas. Em defesa da nossa energia hidráulica, elabora-se o Código das Águas. Para conhecimento do valor das propriedades, faz-se o levantamento imobiliário.

Por outro lado, pretendiam-se fazer alterações internas. A unificação da Justiça, a federalização das Milícias estaduais, igual representação dos Estados na Câmara, além de outra Câmara somente classista, e ensino para todos eram alguns dos pontos defendidos, com orientação anti-regionalista e extensão dos benefícios a todo o Brasil.

Preparativos para a revolução

A chegada dos ministros demissionários gaúchos a Porto Alegre, em 4 de março, seguiu-se a dos emissários do Partido Democrático com o fim de preparar a revolução. Borges de Medeiros, Raul Pila e Lindolfo Collor são-lhe favoráveis; Assis Brasil e Flores da Cunha hesitam entre aceitá-la ou esperar outra solução. Minas continuava indecisa, e a ala radical gaúcha pretendia impor ao governo federal condições ásperas. Diante disto, os moderados de Assis Brasil procuram afastar a luta armada, para o que impõem condições a Getúlio: punição dos autores do atentado ao *Diário Carioca*, restauração dos direitos do cidadão segundo a Constituição de 1891, liberdade de imprensa, anteprojeto da Constituição, alistamento eleitoral e eleição para a Constituinte no ano corrente etc. A resposta evasiva de Getúlio reanima os radicais, que decidem, em reunião da Frente Única Gaúcha, mandar-lhe um ultimato. Com a solidariedade dos interventores, Getúlio resiste. Dia 22 Flores volta do Rio convidado para ocupar a pasta da Justiça, mas não obtém anuência da Frente Única Gaúcha. Afinal, rejeitada a solução, os gaúchos rompem com o governo federal no dia 29 de março. A ida de Osvaldo Aranha aos pagos não altera a questão. Minas também recusa o oferecimento, até que no dia 8 de abril os tenentes conseguem nova vitória com a nomeação de João Alberto para a chefia da Polícia e de Salgado Filho para ministro da Justiça.

Isto leva os democráticos a acelerar seus aprestos para a revolução. Em abril, Isidoro Dias Lopes investiga a situação militar de São Paulo; em maio, Francisco Morato reafirma a Pila o propósito de continuar a conspiração e envia Marcos Mélega a sondar Artur Bernardes, Antônio Carlos e Venceslau Brás. No início de maio, Góis Monteiro, então chefe da II R.M., tentando acordo para o caso paulista, estabelece uma trégua, mas Getúlio não aceita a "degola" de Miguel Costa e a recomposição do ministério. Sua resposta data de 14; dia 15 nomeia comissão para elaborar o anteprojeto da Consti-

tuição e marca para 3 de maio de 1933 a eleição da Constituinte. Enquanto Bertoldo Klinger prometia 6 mil homens armados, Osvaldo Aranha dirige-se a São Paulo para impor a Pedro de Toledo a reforma do secretariado. À sua chegada à capital no dia 22 de maio, a Frente Única Paulista conclama os paulistas a demonstrar repúdio à ditadura. Estudantes, burguesia e classe média saem pelo Triângulo e dirigem-se às sedes da Região Militar e da Força Pública, para pedir apoio. Na Avenida Tiradentes, em frente à Força Pública, há incidentes entre milicianos miguelistas e civis. No dia 23 a oligarquia, vendo o sucesso da manobra, pede o fechamento do comércio e a saída do povo à rua. Enquanto Osvaldo Aranha tenta contatos com Pedro de Toledo, os manifestantes e grupos da Frente Única Paulista dirigem-se aos Campos Elíseos e impõem a nomeação de um secretariado seu. À noite, na Praça da República, invadem a sede do jornal miguelista *A Razão*, e na luta que se segue quatro atacantes morrem.

Esta demonstração de força da oligarquia precipita os fatos. No dia 24, o gen. João Gomes é exonerado da 1ª R.M. e substituído por Góis Monteiro; no mesmo dia Manuel Rabelo ocupa o lugar de Góis e chega com tropas a São Paulo, iniciando a remoção de oficiais favoráveis à conspiração, a transferência da sede da Região para a Chácara Carvalho e a fusão do Exército com a Força Pública. Por sua vez, Marcondes Salgado substitui Miguel Costa na Força Pública, que recupera parte de sua autonomia; no Rio Grande organiza-se comício de regozijo pelo novo governo paulista, apoiado por Flores em telegrama a Getúlio. O estado pré-revolucionário é favorável aos democráticos, pois o apoio gaúcho parecia realidade e o novo secretariado era da Frente Única Paulista; no entanto, ressabiada com a experiência de 1930, o que a burguesia oligárquica dissidente paulista procura é aliança com os inimigos da véspera para lutar com os amigos de ontem. O que se pretende, e isto é pensamento de todo o Partido Democrático, é tornar a conspiração realidade, pois assim não poderia ser responsabilizado pela situação e teria a oportunidade de ser governo, e não só a de participar dele. A burguesia joga a sua sorte, utiliza-se dos sentimentos regionalistas, dos erros do governo federal e do cansaço da classe média, que vivia na instabilidade, para insuflar exteriormente a exaltação patriótica e repisar a humilhação de São Paulo; e secretamente continua o preparo do movimento armado, o que faz sem conhecimento de Pedro de Toledo e do Partido Republicano Paulista, e que surgirá como fato consumado para surpresa de todos.

O Partido Democrático já criara o Comitê Executivo da Revolução; além de outros núcleos secretos. Após o 23 de maio, unificam-se estes grupos no MMDC, do qual participam membros do Partido Republicano Paulista e das associações comerciais, enquanto a Força Pública forma batalhões patrióticos. No Rio Grande do Sul, Flores já distribuira armas e fizera planos, mas tudo se encaminha para uma rebelião desconexa e sem direção una. Parecia impossível qualquer acordo com o governo federal, pois as Frentes Únicas de São Paulo, Rio Grande e Minas tinham concluído um Entendimento Preliminar sobre aliança política até a implantação de um governo constitucional. Todavia o diálogo ainda surge em 9 de junho, quando João Neves da Fontoura, chamado por Getúlio, procura convencê-lo a renegar o tenentismo, reformar o ministério e dar cinco pastas às Frentes Únicas. A esperança aumenta com a questão militar, a ordem de prisão de sargentos expedida pelo ministro da Guerra e o conseqüente pedido coletivo de demissão do ministério. Mas os tenentes, que preparavam a queda do ministro da Guerra, gen. Leite de Castro, reagem rápido, e Juarez Távora, João Alberto, Juraci Magalhães e outros impõem a permanência dos ministros e a subida do gen. Espírito Santo Cardoso, no dia 28 de junho. Assim o trabalho da oligarquia junto a Getúlio esboroa-se fragorosamente, o que acarreta o rompimento do Rio Grande e o fim da esperança de participação da oligarquia no governo. Para contrabalançar esta reação, Getúlio e os tenentes agiam junto a Flores e a Pedro de Toledo. Este é prestigiado pelo apoio de Manuel Rabelo e a nomeação de Laudo de Camargo para Juiz do Supremo Tribunal; e Flores mantém contatos com Osvaldo Aranha. O impasse, que parecia insolúvel, é temporariamente interrompido pelo envio de um emissário de Pedro de Toledo e pela tentativa de Getúlio e Olegário Maciel de convocar os três Estados para uma reunião em Belo Horizonte. Lino Moreira é enviado ao Rio no dia 7 de julho e pede a mudança do comandante da II R.M. e a pasta da Justiça para São Paulo, em troca da solidariedade do Estado: a primeira condição é aceita, mas quando Pedro de Toledo parece conseguir o resto, no dia 9 de julho Marcondes Salgado vai avisá-lo que a revolução estouraria aquela noite. Interrompem-se as negociações; os conspiradores do Partido Democrático, sentindo a rédea escapar de suas mãos, conseguem, à revelia do governo paulista, de Francisco Morato e do Partido Republicano Paulista, induzir os militares a desencadear o golpe no dia 20. Os mineiros aderem e os gaúchos pedem 15 dias para decidir-se. Mas Bertoldo Klinger, comandante

da região de Mato Grosso, antecipa o golpe. Na noite de 9 de julho a revolução interrompe todos os diálogos, e a oligarquia tenta impor pela força o que não conseguira até o momento.

A revolução de 1932 Afinal, às 23,30 h de 9 de julho, a revolução era um fato. A Chácara do Carvalho, sede da R.M., e Quitaúna não oferecem resistência; Correios e Telégrafos, a Telefônica, as rádios Educadora e Record são ocupadas. A surpresa facilita a tomada da capital e o avanço pelo vale do Paraíba, pelas regiões de Mogi Mirim, Itapetininga, Itararé, Ribeirão Preto, Santos e Cunha. Pedro de Toledo, que pensara em demitir-se, entusiasma-se e permanece; os estudantes da Faculdade de Direito mobilizam-se; abrem-se inscrições para o voluntariado, as adesões aumentam. Isidoro Dias Lopes assume o Comando Geral, Bertoldo Klinger, a chefia das forças revolucionárias, e Marcondes Salgado continua comandante da Força Pública; todos fazem parte da recente Junta Revolucionária. É indescritível o entusiasmo da burguesia e da pequena-burguesia, aliadas numa Frente Única que elimina todas as divergências, eufóricas com a certeza de uma rápida derubada do Governo Provisório. Os problemas, porém, logo se acumulam, esfriando o otimismo: o armamento e a munição em Quitaúna eram escassos, sendo a Força Pública o único grande arsenal existente; as tropas e armas que Klinger prometera não vieram; o operariado olha friamente os acontecimentos; Miguel Costa e mais de 1 400 presos enchem as cadeias; as tropas paulistas aguardam nas fronteiras o anunciado apoio do Rio Grande e Minas. Na verdade, São Paulo precipitara a revolta certo do apoio destes Estados ou esperando que eles aceitassem o fato consumado, seguro de que as autoridades federais fraquejariam. O Rio Grande, que pedira prazo, fora colhido de surpresa. Além disto, Flores da Cunha interceptara um radiograma de Júlio de Mesquita Filho à Frente Única Gaúcha, sugerindo que Borges de Medeiros assumisse o governo em seu lugar. Por isso, quando a revolução estoura, ele, que ainda hesitava, decide-se a apoiar Getúlio e, no dia 10, envia tropas contra São Paulo. No dia 13, por outro lado, a Frente Única Gaúcha lança manifesto de apoio a São Paulo e prepara grupos para combate a Flores. A rebelião começa, para acabar em 20 de setembro, derrotados os rebeldes e Borges de Medeiros prisioneiro. Em Minas, Olegário Maciel, Benedito

Valadares e Virgílio de Melo Franco apóiam o governo federal, lançando manifesto neste sentido em 15 de julho, depois de disciplinar o 12º R.I. A oligarquia mineira, compreendendo que não conseguiria demover o governador, prepara um golpe que aborta. Seus autores são cercados em Juiz de Fora e Artur Bernardes é preso.

A luta foi violenta e durou três meses. Sem auxílio externo, a oligarquia paulista incentiva ao máximo o entusiasmo da pequena burguesia e obtém o seu sacrifício numa luta heróica e vã, que só a ela traria benefícios. Sublinhando os temas da humilhação de São Paulo e da volta à Constituição, procura identificar-se como democrática, mas o operariado olha este patriotismo com desconfiança e, compreendendo que a luta não é sua, dela não participa. A burguesia faz a campanha do "ouro para o bem de São Paulo", a emissão de bônus, empréstimos no estrangeiro; por outro lado, as necessidades militares obrigam a indústria paulista a fabricar armamentos, em impressionante mobilização. Nada, porém, abala a supremacia das forças federais. No mar e no ar o seu domínio era incontestável, com a cidade de Santos bloqueada e os aviões sobrevoando o Estado. Os paulistas, que em julho já invadiam Minas e Rio de Janeiro, são obrigados a retroceder. As forças vindas do Sul entram por Itararé e detêm-se nas cercanias do rio Paranapanema, no eixo da Sorocabana; no vale do Paraíba travam-se combates no túnel de Cruzeiro, e em agosto começa lento o recuo. Neste mesmo mês os federais desembarcam em Parati, avançando sobre Cunha, e as tropas mineiras penetram pelo eixo da Mogiana com destino a Campinas. Combates, resistência paulista, esparsos avanços federais se prolongam até meados de setembro; prosseguem as tropas de Leste, vindas de Minas e vale do Paraíba, e as do Sul continuam paralisadas no Paranapanema. Na segunda quinzena de setembro o avanço torna-se mais ameaçador. São Paulo, que resistia com denodo, vê-se a braços com o problema da falta de armas, o que torna mais trágico o assédio e a marcha final sobre a capital. Os mineiros ocupam Jundiá e Itu, e no vale do Paraíba tropas avizinham-se; a resistência não esmorece, mas certos militares sentem sua inutilidade.

Logo no começo da luta, os gaúchos da Frente Única sondaram os paulistas sobre a possibilidade de serem intermediários numa trégua. Em fins de agosto, Maurício Cardoso procura Getúlio para por fim à luta. É nos últimos dias de setembro, porém, que Bertoldo Klinger, comandante-chefe das forças constitucionistas, telegrafia pedindo a paz. Reúnem-se os delegados em Cruzeiro, mas os envia-

dos de Klinger não aceitam as condições; concordam, porém, os representantes da Força Pública, e o cor. Herculano de Carvalho e Silva, seu comandante, depõe Pedro de Toledo no dia 2 de outubro. A revolta de exaltados do Partido Democrático, que pretendiam continuar a luta, a nada levaria, pois São Paulo estava exausto: o sacrifício fora muito grande. A oligarquia, aparentemente vencida, iria tirar de sua derrota, da derrota de São Paulo, o *leitmotiv* para prosseguir na luta contra o tenentismo.